



DIFERENCIAÇÃO DA SOCIEDADE, DESIGUALDADE SOCIAL E INDIVIDUALIZAÇÃO: UMA REINTERPRETAÇÃO DA TESE DE ULRICH BECK

Roberto Dutra

*Doutor em sociologia pela Humboldt Universität zu Berlin. Professor da,
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF). Campos dos Goytacazes, RJ,
Brasil. E-mail: robertodtj@gmail.com*

Orcid: 0000-0001-7854-1139

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-197228/116>

Introdução

A teoria social encontra dificuldades de trabalhar simultaneamente com os conceitos de individualização e desigualdade social. Analisar a sociedade sob o prisma das estruturas de desigualdade social parece sempre negar o elemento de contingência que a ideia de individualização busca colocar em primeiro plano. Enquanto os teóricos da individualização enfatizam a pluralização e a irredutibilidade dos estilos de vida individuais em relação a padrões coletivos como “subculturas de classe”, a sociologia da desigualdade pressupõe a existência de uma dada estrutura social, dando pouca atenção aos processos contingentes de construção, desconstrução e reconstrução das estruturas de conduta na vida cotidiana e na trajetória de vida. Neste texto, argumentamos que é possível e necessário trabalhar simultaneamente com os conceitos de individualização e desigualdade social estruturada. Para isso, precisamos, no entanto, de uma teoria da sociedade que não coloque nenhum dos dois conceitos como categoria

central na análise da modernidade social, mas que os articule a partir de uma compreensão sobre a contingência da inclusão do indivíduo na sociedade, destacando especificamente das estruturas de desigualdade (Dutra, 2014) para o indivíduo moderno. A teoria da sociedade Luhmann parece atender exatamente a estas condições.

Na teoria de Luhmann (Dutra, 2013; 2014), uma consequência importante da contingência da desigualdade social é a individualização institucionalizada como forma de endereçamento e seleção de pessoas na sociedade moderna. A tese central a esse respeito é que a transição do primado da diferenciação sistêmica estratificada para o da diferenciação funcional produz a individualização da identidade social dos indivíduos, o que Luhmann chama de “individualidade pela exclusão” (Luhmann, 1989, p. 158).¹ Como o indivíduo na sociedade moderna não tem uma definição do que constitui a unidade de sua pessoa, ele é obrigado a defini-la individualizada, “fora da sociedade, e a se reproduzir como um sistema de tipo próprio no ambiente da sociedade, um ambiente necessário para ele” (Luhmann, 1989, p. 158). Individualidade por exclusão significa que a principal forma de diferenciação da sociedade não prevê uma filiação necessária entre a pessoa e qualquer subsistema social, como em sociedades estamentais e de casta. A diferenciação funcional das relações de inclusão significa que as pessoas são incluídas apenas parcialmente, segundo critérios de relevância específicos no contexto da comunicação dos subsistemas. Esta não oferece uma fórmula unitária com a qual o indivíduo poderia reunir as diferentes relações parciais de inclusão (Luhmann, 1989, p. 225). Esta unidade torna-se “o maior problema individual que cada um tem para resolver por si mesmo [...] A sociedade já não distingue a solução, mas apenas o problema” (Luhmann, 1989, p. 225).

198

¹ Todas as citações oriundas de textos em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

Essa concepção não é nova na sociologia. O problema da unidade da pessoa já ocupa uma posição central no diagnóstico do tempo de Weber e Simmel. Weber se ocupou da incomensurabilidade entre as esferas e ordens de vida diferenciadas, focando nos problemas de unidade da “personalidade”, mas não da sociedade, decorrentes da tensão entre as esferas diferenciadas (Weber, 1989). Para Simmel, a individualização moderna é um correlato da diferenciação dos círculos sociais. A individualidade da identidade social resulta da “intersecção dos círculos sociais”: Com a diversificação de oportunidades de participação na vida social normaliza-se a improbabilidade de que pessoas diferentes tenham a mesma combinação de participações, ou seja, espera-se na vida cotidiana que cada indivíduo seja uma combinação singular de participações em distintos círculos sociais, e não que “muitos círculos se cruzam novamente em um ponto” (Simmel, 1908, p. 412 ss.). O indivíduo é definido por sua combinação singular de papéis, pela intersecção de diferentes formas de participação social, sem contar, para isso, com nenhuma fórmula generalizada por toda a sociedade.

A individualidade por exclusão implica o ônus da autodeterminação reflexiva da conduta de vida (Luhmann, 1995, p. 133). Tanto na gestão dos papéis sociais assumidos em diferentes sistemas funcionais na mesa fase da vida como no encadeamento temporal das distintas formas de inclusão, a individualização da identidade social implica formas e vidas contingentes e inseguras. A sociedade funcionalmente diferenciada tende a tornar contingente todas as “identidades coletivas” que servem de contraponto e fonte de segurança para o indivíduo (Luhmann, 1989, p. 245; Luhmann, 1995, p. 138). Daí que as estruturas de desigualdade social, ao contrário de sociedades estamentais em que a hierarquia social se impunha como necessária em todos os contextos, perderiam influência sobre as interações cotidianas em uma sociedade funcionalmente diferenciada (Luhmann, 2008, pp. 195-196). Nesse ponto, a teoria

de Luhmann parece claramente favorecer um conceito de individualização incompatível com a ideia de desigualdade social estruturada (Schwinn, 2007, p. 61 ss.). Assim como em Ulrich Beck (1983), encontramos em Luhmann a dicotomia entre a relevância das estruturas de desigualdade para a ação e o “indivíduo individualizado” (Beck, 2008). De fato, como ressalta Beck, estruturas sociais sem relevância comportamental não são estruturas sociais, mas apenas “categorias-zumbi” de um discurso científico desatualizado.

No entanto, nosso argumento neste texto é que a própria teoria de Luhmann permite articular individualização e desigualdade social estruturada, superando essa dicotomia. A relevância comportamental das estruturas de desigualdade para a ação social reside na relação entre as expectativas de inclusão de um indivíduo e os critérios dos sistemas sociais. Nessa relação entre expectativas individuais e critérios de seleção, trata-se da construção da plausibilidade de reivindicações de inclusão pela escolha e delimitação de um campo de comparações: o indivíduo se compara com um grupo de referência, com indivíduos que têm carreiras ou biografias semelhantes, e reconhece um espaço de possibilidades plausível para a própria trajetória de vida. As expectativas individuais de inclusão, que orientam as decisões individuais de carreira, tendem a se adaptar às suas oportunidades de realização, que são determinadas pelos critérios de seleção dos sistemas sociais. Isso significa que oportunidades de inclusão desigualmente distribuídas tendem a orientar a formação de próprias expectativas de inclusão e, assim, ganhar relevância comportamental. A desigualdade social estruturada não é um fator externo ao processo de individualização. Trata-se de processos de estruturação de chances de vida imanentes à individualização da identidade social.

O texto está dividido em três partes. A primeira parte reconstrói as linhas gerais do referido debate. A segunda esboça uma reinterpretação dos termos a que chega

o debate a partir da teoria da diferenciação funcional de Niklas Luhmann. A tese principal do artigo é que não se trata de uma desvinculação entre origem de classe e ação social, mas sim de um afrouxamento nas relações de interdependência entre as formas de desigualdade e ação dos diferentes sistemas sociais. Com isso o significado das desigualdades de um sistema para a ação social em outro sistema torna-se contingente. A terceira parte demonstra como o conceito de “ambiente social” permite combinar as abordagens da individualização e da desigualdade no contexto da teoria da diferenciação funcional.

A tese de Beck e o debate sobre o poder explicativo do conceito unitário de desigualdade social

A publicação do artigo “para além de estamento e classe”, em 1983, foi um desafio claro que Ulrich Beck lançou aos sociólogos de diversas tradições teóricas dedicados ao tema da desigualdade social. Seguindo o jargão luhmanniano, podemos dizer que a tese da individualização de Beck produziu uma irritação duradoura sobre as teóricas relativas à desigualdade, tidas, em grande medida, como autoevidentes. Trata-se aqui, sobretudo, de concepções no terreno da teoria da sociedade que pareciam valer de forma não problematizada para o olhar sociológico voltado ao tema da desigualdade social, em que, na sociedade moderna, a estrutura da desigualdade social tem o poder de explicar a condução e o estilo de vida dos indivíduos sem a concorrência de outras mediações contingentes, estas capazes de conferir uma certa indeterminação na relação entre estrutura de desigualdade e ação social.

A tese da individualização, como ficou conhecida, não é, obviamente, algo novo na sociologia e muito menos nos diagnósticos sobre a sociedade moderna. Ela está presente de modo claro e constante já em autores clássicos, como Durkheim e Simmel. Mas a irritação duradoura provocada por Ulrich Beck demonstra, talvez,

que o olhar sociológico sobre o problema da desigualdade, no mínimo, deu pouca atenção ao tema da individualização e às suas consequências para a definição de um conceito de *desigualdade social moderna*. Não deve ser por acaso que a tese de Beck ainda é tantas vezes vista como negação do problema da desigualdade enquanto uma dimensão estrutural da sociedade moderna, como se os dois fenômenos não pudessem coexistir numa mesma sociedade.

O que Beck traz à luz com sua “tese inovadora” é o fato de que o comportamento individual em diversas esferas da vida – na educação, nas escolhas profissionais, nos modelos de relação íntima, no consumo cultural em geral, no uso do tempo livre – não pode mais ser deduzido dos modelos de ação herdados na posição de origem, no contexto familiar específico de uma classe social. Como resultado da expansão educacional e da prosperidade econômica proporcionada pelo estado de bem-estar social no pós segunda guerra, processo que Beck busca apreender com a conhecida metáfora do “efeito elevador” (*Fahrstuhleffekt*) que descolou para cima o nível geral de condições e perspectiva de vida de quase toda a população,

202

“dissolvem-se crescentemente as identidades subculturais de classe, situações ‘estamentais’ de classe se destradicionalizam e processos de diversificação e pluralização das condições e das trajetórias de vida, que escapam aos modelos hierárquicos das classes sociais e dos estamentos, se intensificam e colocam estes modelos em xeque” (Beck, 1983, p. 36).

A experiência da mobilidade social produzida por esse “efeito elevador”, que na verdade nunca significou a superação das desigualdades (Beck, 1983, p. 37), tem promovido a diluição do caráter autoevidente da origem de classe como estrutura do mundo da vida e da identidade social dos indivíduos. Para Beck, na medida em que contextos sociais como classe e estamento perdem seu poder e autoevidência na configuração do caráter

social dos indivíduos, é preciso que o olhar sociológico tome em consideração o componente autorreflexivo das biografias e subjetividades individuais, ou seja, o fato de que o indivíduo se tornou uma *unidade de reprodução do mundo da vida social para além de estamento e classe* (Beck, 1986a, p. 119). Decisivo na sustentação dessa tese da individualização é o fato de que, com o “efeito elevador”, até mesmo no “andar de baixo” da sociedade pode-se verificar um afastamento das carências e preocupações econômicas. A experiência concreta com a pobreza deixa de ser o foco da atenção e da condução da vida. Este foco é deslocado para outros temas, mais plurais e diversificados entre si e que, em geral, não mantêm uma relação direta e determinista com o destino econômico dos indivíduos.

No geral, a política de bem-estar e inclusão do pós-guerra produziu um afrouxamento na relação entre origem social e orientação da conduta individual. Esta se desloca da “origem conhecida” (*bekannte Herkunft*) para o “futuro desconhecido” (*unbekannte Zukunft*), ou seja, incorpora um nível maior de insegurança que precisa ser processado pela reflexividade individual. Vale a pena ressaltar este ponto, especialmente para nossas próprias considerações sobre o estado do debate: o afrouxamento na relação entre origem social e orientação da conduta ocorre no bojo da pluralização de temas e esferas da condução da vida e do afastamento das urgências econômicas como dimensão definidora da ação.

A tese de Beck leva ao questionamento de um dos pressupostos centrais da sociologia da desigualdade até então dominante na sociologia alemã e europeia: a premissa de que a ação social e o funcionamento da sociedade podiam ser explicados a partir de uma concepção unitária de estrutura social, como se houvesse uma única hierarquia na sociedade orientando o comportamento individual em todas as esferas sociais. O desacoplamento entre origem social e estilo de vida significa que não há uma estrutura unitária que sirva de orientação para a ação nas distintas esferas da vida em sociedade.

Em função do intenso debate de mais de um quarto de século que suscitou, é praticamente impossível recapitular toda a literatura secundária que se avolumou em torno da “polêmica” tese de Ulrich Beck. No entanto, creio ser possível sintetizar a discussão com três conceitos centrais: indivíduo, desigualdade social estruturada e sociedade. Podemos destacar algumas contribuições que ajudam a construir esta síntese conceitual.

Assumindo uma perspectiva macro sobre os “fenômenos de grandes grupos”, Becker e Hadjar (2010) tentam refutar a tese de Ulrich Beck. Eles ressaltam que a estratificação social, reconstruída com base na análise de três grupos etários (os nascidos em 1950, 1960 e em 1971), continua estruturando as chances de vida dos indivíduos. Os autores demonstram como a origem social, definida em termos weberianos a partir da situação de classe da casa dos pais (*Elternhaus*), apesar de toda a expansão educacional e mobilidade das carreiras profissionais para o setor de serviços no pós-guerra (Becker e Hadjar, 2010, p. 58, 61), determina, em grande medida, o acesso à educação e a posições sociais. Consequentemente, verifica-se uma

“persistência da transmissão intergeracional de chances de vida através da situação de classe da casa dos pais. Ideias, interesses de classe e conduta de vida estamental (ständische Lebensführung), no sentido de Max Weber, ainda estão em correspondência, para indivíduos e coletividades, com estamento e classe. As chances de vida das pessoas ainda são definidas através de sua situação de classe” (Becker e Hadjar, 2010, p. 68).

Mas essa refutação proposta por Becker e Hadjar, ainda que empiricamente bem fundamentada, não atinge o núcleo da tese da dissolução das desigualdades de classe de Ulrich Beck. A tese central de Beck não é de que

o “efeito elevador” teria dissolvido a influência decisiva das assimetrias sociais sobre as chances de vida, mas sim a de que as “subculturas” de classe teriam perdido o seu caráter autoevidente enquanto orientação para a ação individual nas diferentes esferas da vida social, exigindo dos indivíduos uma atitude reflexiva, “pós-convencional”, face aos modelos de ação que herdaram de sua origem. Os autores usam boa munição empírica, mas definem o alvo de forma equivocada.

Uma refutação da tese de Beck deve consistir em demonstrar que a ação social nas diversas esferas ou campos de práticas – ao invés de apenas a estruturação das chances de vida –, mesmo que não seja determinada de modo automático por uma estrutura de classes unitária, é sim pautada por modelos e disposições condicionados pela distribuição desigual das chances de vida e que, por conta disso, não estão à disposição das escolhas individuais. Mas o fato é que a tese da individualização não se deixa simplesmente refutar, mas apenas corrigir. No novo patamar de prosperidade criado pelo “efeito elevador”, cuja generalização só foi possível pela política de inclusão do Estado de bem-estar social, é desnecessário negar todos os componentes desta tese para constatar a permanência de estruturas de desigualdade social capazes de impregnar o comportamento das pessoas. Quando se observa, por exemplo, o tema do “pós-materialismo” (Inglehart, 2001), constata-se que precisamente as classes médias e altas são mais “pós-materialistas” do que a classe trabalhadora. Quanto maior a distância das urgências econômicas, maior a margem de ação segundo valores de outras esferas da vida que não a economia – que em todo caso é entendida, de modo reducionista, como “esfera material” em oposição aos “valores imateriais”. E quanto maior a margem de ação, maiores as chances de individualização.

Em resumo: por mais que os autores, aqui, consigam refutar o pressuposto da dissolução de classe e estamento enquanto estrutura das chances de vida, isso não significa necessariamente

refutar a tese da individualização, pois ao se verificar que as situações de classe mais privilegiadas correspondem às orientações de conduta mais diferenciadas e individualizadas – no sentido preciso de apresentarem mais variações em relação aos modelos de conduta de vida característicos da geração dos pais –, pode-se descobrir, no próprio acesso privilegiado a melhores chances de vida, uma mediação conceitual capaz de vincular desigualdade e individualização. Talvez, como sugere Peter Berger, deva-se buscar na pesquisa em desigualdade por processos de “individualização estamental” (*ständische Individualisierung*) (Berger e Hitzler, 2010, p. 20).

206

O argumento central de Beck, o de que a dissolução das “subculturas de classe” leva a um aumento da exigência de decisões individuais no curso da vida social, deve então ser matizado pela constatação de que a própria distribuição desigual de chances de vida (que Beck obviamente não nega) implica em um acesso diferencial às chances de decidir sobre a própria vida, ou seja, às chances de individualização. Deste modo, faria todo sentido falar em processos de “individualização negativa”, como fenômenos vinculados à precarização e às inseguranças do mundo do trabalho, ao perigo da exclusão, às exigências de flexibilização, ou seja, a elementos que reduzem ou anulam as possibilidades (socialmente construídas) de decisão individual. Como enfatiza Markus Schroer, a individualização é uma exigência (*Zumutung*), uma necessidade de decisão imposta aos indivíduos:

“pois os indivíduos são deixados sozinhos com questões para as quais antes se podia encontrar as respostas em poderosas instituições, porque a individualização exige decisões, cujas consequências não se pode nunca saber ao certo, mas que, no entanto, são atribuídas aos indivíduos, porque a individualização exige também uma atitude de permanente atividade e capacidade de movimento que ameaça saturar o indivíduo” (Schroer, 2010, p. 276).

Se a exigência social da individualização vale para todos, os recursos e as possibilidades de decidir deste ou daquele modo são alocados de forma marcadamente desigual e particularista. Isso vale também para as possibilidades de construção da própria identidade social, ou seja, para o modo como indivíduos são percebidos e classificados socialmente. Na medida em que a sociedade moderna não define o indivíduo a partir do pertencimento claro a determinadas coletividades, emerge a exigência específica de que eles consigam, de modo mais acentuado, direcionar atenção sobre si mesmos como forma de tornarem-se visíveis e relevantes socialmente (Schroer, 2010, p. 277). A necessidade de autorrepresentação, exposição e encenação, ou seja, de tornar o “eu” um tema das situações sociais, corresponde à perda de evidência ou mesmo à dissolução de laços tradicionais de pertencimento. Na medida em que os modelos biográficos ancorados na origem social perdem sua plausibilidade e autoevidência, quando, portanto, a variação em relação a esses modelos torna-se uma expectativa e uma exigência para as pessoas, surge a necessidade de autotematização das biografias individuais, de autoconhecimento, como pressuposto para construir uma identidade social bem-sucedida.

207

Diferenciação funcional, acoplamento frouxo e a contingência da desigualdade

Já na sociologia clássica, a individualização é vista como produto da perda de autoevidência dos laços tradicionais de pertencimento e das “subculturas de classe”, enquanto dimensões estruturantes da ação e da identidade social, e como um traço da modernidade. O ato de diferenciar as esferas de ação e a consequente complexificação da vida social implicam num afrouxamento das relações causais entre as distintas esferas. Com isso, introduz um elemento de indeterminação entre o que acontece fora e dentro de cada um dos campos de práticas diferenciados entre si. As relações entre as formas de

participação nas distintas esferas sociais tornam-se contingentes e os indivíduos são impelidos a decidir sobre o que antes estaria dado em virtude de seu pertencimento social.

A grande falha da divisão entre “primeira modernidade” e “segunda modernidade” proposta por Beck é precisamente o fato dessa divisão negligenciar o nexos entre diferenciação da sociedade e individualização enquanto um traço constitutivo da modernidade em geral. Ao admitir a existência de uma primeira fase da modernidade, na qual a autonomia do indivíduo estaria anulada pelo pertencimento de classe, Beck revela um déficit no terreno da teoria da sociedade que o impede, inclusive, de refletir sobre os pressupostos efetivos do processo de individualização. Como ressalta André Kieserling (2010), Beck não avança na tentativa de superar a “enorme dificuldade da sociologia em apreender a autonomização do indivíduo” (Kieserling, 2010, p. 311) precisamente por não formular uma teoria da sociedade para colocar no lugar das de classes que negam a individualização. Beck seria herdeiro de uma tradição crítica em relação às teorias da sociedade de classes, mas não formulou uma da sociedade alternativa.

208

As teorias que definem a modernidade como uma “sociedade de classes”, empenhadas em desconstruir a “liberdade do indivíduo” enquanto ator econômico livre, consumidor da cultura, estudante, amante e ator político, teriam despertado uma “contracorrente” dentro da própria disciplina, cuja preocupação maior seria justamente a de “limitar a sociologia a fim de assegurar um lugar para o indivíduo” (Kieserling, 2010, p. 311). Desenvolvida em solo alemão no pós-guerra, essa “contracorrente” que pretendia resolver a tensão entre indivíduo e sociologia em favor do indivíduo, pode, segundo Kieserling, ser identificada em autores como Ralf Dahrendorf, Helmut Schelsky e Friedrich Tenbruck. Mais tarde, o bastão de “antissociólogo”, que tenta pensar simultaneamente de modo sociológico e individualista, é então transferido a Ulrich Beck.

O problema com o diagnóstico de Beck sobre a individualização, resalta Kieserling, é que ele é marcado por uma sociologia negativa, ou seja, pela mera afirmação de que as relações sociais atingem uma condição que não pode ser adequadamente compreendida com as categorias obsoletas da sociologia da estratificação social. “Individualização se coloca como um conceito sócio-histórico apostado à estratificação, estamento, classe etc.” (Kieserling, 2010, p. 314). O grande problema desse diagnóstico, cunhado em termos negativos, seria a incapacidade de fornecer uma moldura conceitual mais adequada não só para descrever o “novo”, mas também para redescrever o “velho” à luz do “novo”. É como se houvesse um passado de “solidariedade e identificação de classe”, que poderia ser mais bem descrito nos termos da sociologia da desigualdade e da estratificação social – “primeira modernidade”, “sociedade industrial” –, e depois um presente que só pode ser compreendido a partir da tese da individualização – “segunda modernidade”, “modernidade reflexiva”.

209

O que Kieserling na verdade propõe é uma correção desse pressuposto etapista do diagnóstico de Beck. Para tanto, é decisivo articular alguns pressupostos e mesmo substituir diferenças conceituais que habitam o terreno da teoria da sociedade, mas que no diagnóstico de Ulrich Beck permanecem subtematizados. Apesar de toda a polêmica com a sociologia da desigualdade, a tese da individualização tende a concordar que, pelo menos na “primeira modernidade” (antes do “efeito elevador” do pós-guerra), tratava-se de uma sociedade (nacional) de classes. Além disso, Beck continua preso à diferença conceitual fundamental da tradição da sociologia em desigualdade: a diferença entre “estrutura social objetiva” e “dotação subjetiva de sentido”², cuja validade

² Isso ainda se pode notar nas tentativas de Beck em defender a tese da individualização, quando ele afirma não se tratar de “um esquema de orientação subjetivo, mas sim de um “fato estrutural”, sem, no entanto, esclarecer o status deste “fato estrutural” (Beck, 2008, p. 20).

para a sociologia é, por exemplo, duramente atacada por Bourdieu. Por conta desse último pressuposto comum, argumenta Kieserling, é que os críticos de Beck recorrentemente afirmam que a individualização se resume a um mero fenômeno ideológico da “superestrutura”, cujo sentido se define por ocultar a “infraestrutura” das relações de classe (Kieserling, 2010, p. 317). Não por acaso, também, a tese da individualização aparece sempre revestida do pressuposto de uma sociedade cujas estruturas estariam todas à disposição.

O que falta para o diagnóstico de Beck é, segundo Kieserling, não menos do que uma teoria da sociedade que se tenta diagnosticar:

“Diagnósticos de época se distinguem de teorias da sociedade entre outras coisas pelo fato de que os diagnósticos buscam uma nova linguagem conceitual somente para os fenômenos tidos como novos – e não, como poderia ser, para os novos e os velhos fenômenos. Diagnósticos de época, diferentemente de teorias da sociedade, não trazem uma nova descrição da evolução sociocultural como um todo” (Kieserling, 2010, p. 314).

210

A teoria da sociedade que Kieserling busca trazer como estofa para a tese da individualização é a teoria da diferenciação funcional de Luhmann. No que se refere ao tema da individualização, esta busca, em primeiro lugar, levar com seriedade a divergência nas formas de imputação (*Zurechnung*) do comportamento e da ação entre os discursos científicos, que colocam em primeiro plano o pertencimento dos indivíduos a grupos e a categorizações sociais, e as formas de observação e auto-observação do comportamento vigentes fora do domínio da ciência social, as quais tendencialmente tomam o indivíduo como referência última desses processos de imputação (Kieserling, 2010, p. 319).

Decisivo aqui é o fato de que as formas de imputação vigentes em cada contexto, ou, para ser mais preciso, em cada sistema funcional, são percebidas como operações genuínas dos sistemas sociais, as quais selecionam, na prática, o que é ou não visto como realidade (como ação social) por cada contexto funcional. Deste modo, a abstração de diferenças estamentais não deve ser concebida como um mero fato da superestrutura, ou uma forma de consciência de pouca relevância, mas sim como uma estrutura social: “Ela determina precisamente as regras de imputação dos sistemas funcionais, e com isso define o que pode ser tratado como ação nestes sistemas: o eleitor, que aparece para votar, não é questionado sobre sua profissão ou sobre a profissão de seu pai” (Kieserling, 2010, p. 319).

Como também ressalta Kieserling, a teoria da diferenciação funcional não nos obriga a negar a validade de conceitos como classe, estamento e desigualdade social:

“Apenas é necessário que toda teoria não cientificista da sociedade se familiarize com a ideia de que com estes conceitos se formula um interesse muito específico nos indivíduos, o qual não pode, sem as devidas mediações, ser projetado em outros subsistemas ou mesmo sobre a sociedade como um todo. Em termos de teoria da sociedade, a forma de imputação da ciência é apenas um caso entre outros” (Kieserling, 2010, p. 320).

Os problemas que a ciência social tenta resolver com suas formas de imputação “desindividualizantes” são problemas científicos. Nos outros sistemas funcionais trata-se de resolver outros problemas, para os quais a substituição da imputação individualizante por uma “desindividualizante” pode parecer até mesmo impensável.

O caso do sistema de ensino talvez seja um dos mais exemplares. É verdade amplamente documentada e difundida pela

sociologia da educação no mundo todo que o desempenho escolar não depende apenas dos indivíduos, aos quais esse desempenho é imputado, mas sobretudo da classe social da família de origem. A imputação individualizante do desempenho é, deste modo, sempre um esquecimento ou uma abstração da origem social dos próprios indivíduos. A questão é que este não é um truque das elites para evitar a solidariedade dos desprivilegiados, mas necessidade da diferenciação funcional. Como poderíamos imaginar um sistema de ensino, cujo funcionamento organizado não pode prescindir da comparação dos alunos, sendo obrigado a tematizar cotidianamente as diferenças de classe presentes na vida familiar de sua clientela? Mesmo no caso do “ensino compensatório” que busca atentar para estas diferenças, pode-se verificar, diante da necessidade organizacional de decidir sobre o desempenho comparativo dos alunos (Luhmann e Schorr, 1979, p. 563), que a forma da imputação segue tomando o indivíduo como ponto de referência. As informações necessárias para as decisões sobre o desempenho comparativo dos alunos seria, no caso de cada decisão levar em conta “informações sociológicas” sobre a origem social, algo irreconhecível e impraticável.

Vale resumir: não se trata de negar que a origem social, precisamente através de vantagens embutidas no processo de socialização (Kieserling, 2006, p. 201), produza fenômenos de estratificação e desigualdade social. O que se deve ressaltar, no entanto, é que existe um individualismo institucionalizado em diversos subsistemas funcionais que exige que esses fenômenos “não devam ser tematizados” (Kieserling, 2010, p. 322). Mesmo no sistema científico, apesar de tudo que se sabe sobre a acumulação desigual de prestígio e capital simbólico, a imputação individualizante dos desempenhos continua parecendo insubstituível. A divergência entre as formas de imputação científica e não científica não deve ser vista como uma diferença entre

“objetividade” e “subjetividade”, mas como uma diferença entre sistemas funcionais.

Essa forma de imputação individualizante da ação e sua capacidade, constitutiva da diferenciação funcional da sociedade, não significa que fatores externos a um sistema funcional específico sejam impossibilitados de ter influência sobre a participação de um indivíduo nas operações desse sistema. Na verdade, a diferenciação funcional implica que a inclusão nos subsistemas seja estruturada por critérios internos a estes – por exemplo, o acesso ao poder político se estrutura pela capacidade de organização e mobilização política. No entanto, não implica que tais critérios internos sejam “neutros” e indiferentes em relação aos fatores do entorno do referido subsistema – por exemplo, a capacidade de organização política de um grupo social pode estar correlacionada à sua relevância econômica.

O grau de autonomia dos critérios de participação e dos modelos de ação dos subsistemas funcionais pode ser percebido no modo como as diferentes participações individuais nos distintos subsistemas se encadeiam ao longo da trajetória de vida, especialmente no grau de acoplamento ou desacoplamento entre as estruturas que regem estas participações. A diferenciação funcional implica, no mínimo, algum grau de desacoplamento entre estas estruturas, de modo que as desigualdades produzidas num subsistema se tornem contingentes para as desigualdades de outros subsistemas. No plano das trajetórias individuais, essa contingência se faz presente no “futuro em aberto” como traço constitutivo de toda trajetória de vida. Por causa da diferenciação mais intensa entre os contextos de socialização e inclusão (Luhmann, 1989, p. 171, 220) a posição de origem traz no máximo vantagens socializatórias, cujo significado para os destinos individuais passa a depender de eventos contingentes, principalmente do encadeamento de decisões em organizações.

A mera pertença a uma “família nobre” não pode substituir as competências e recursos relevantes para os sistemas funcionais (Frie, 2005): “Nascimento, socialização doméstica e situação de classe não são mais suficientes para construir expectativas que orientem uma trajetória de vida normal” (Luhmann, 1989, p. 232). Por isso, a origem social só é um recurso quando ela permite aos indivíduos que se preparem para disputar e ocupar posições que somente se tornam acessíveis com a sequência seletiva de eventos na trajetória de vida. Trata-se de um controle dinâmico e temporalizado (condicionado por eventos contingentes) de chances de carreira, cujo êxito depende da preparação para lidar com a contingência dos eventos sociais (Luhmann, 1997). Neste contexto, a possível relevância da posição de origem – como critério definidor da posição de classe – é justamente a de reduzir a contingência da trajetória de vida, fornecendo recursos, modelos de ação e possibilidades de socialização capazes de amenizar a insegurança de decisões sobre a inclusão em diferentes sistemas sociais – como ter bom desempenho na escola, agir politicamente, viabilizar a inserção profissional, se relacionar com pessoas na vida íntima etc.

Não é, portanto, o pertencimento de classe em si que, estruturando diretamente as decisões no contexto dos sistemas funcionais, determina a participação dos indivíduos nesses sistemas; esse pertencimento fornece apenas orientações e caminhos mais ou menos seguros – embora sempre incapazes de eliminar toda a insegurança – que podem facilitar a participação nos sistemas sociais de acordo com os critérios destes subsistemas. Dito de outro modo: as “subculturas de classe” são constituídas apenas por afinidades entre aquilo que os indivíduos recebem e aprendem em sua posição de origem e aquilo que deles é exigido como requisito de participação nos subsistemas funcionais. Se uma determinada fração da classe média tem mais sucesso em preparar seus filhos para a escola é porque consegue construir afinidades entre aquilo

que transmite a seus filhos e os critérios que irão determinar o desempenho escolar.

Essas subculturas ajudam a reduzir a contingência das decisões ao longo da trajetória de vida. A origem social dos indivíduos, mesmo com o afrouxamento dos vínculos entre os sistemas funcionais e seu entorno, engendra caminhos e chances de inclusão mais ou menos prováveis. Os efeitos dessa origem, ainda que não determinem com um caráter necessário o futuro dos indivíduos, são facilitadores ou bloqueadores da inclusão em diferentes sistemas sociais. As “subculturas de classe” devem ser entendidas, nesse contexto teórico, como o conjunto de disposições para a ação, transmitidas intergeracionalmente, que implicam em chances mais ou menos prováveis de inclusão em determinados sistemas sociais para os indivíduos. Mas essas “subculturas de classe” também podem se tornar contingentes e perder o caráter autoevidente que às vezes assumem no estilo de vida das pessoas. Isto porque a vida social moderna não é determinada unicamente por estruturas de desigualdade social.

215

Desigualdade, individualização e os ambientes sociais

No decorrer dos anos 1980, a ideia de uma determinação unidimensional da ação social torna-se cada mais vez mais questionável na sociologia europeia. Nesse contexto surge um “boom” de estudos sobre “ambientes sociais”, buscando compreender o consumo, as escolhas eleitorais, os protestos juvenis, as formas de socialização dos filhos, as preferências midiáticas etc., sem postular a determinação da ação social pela pertença de estrato ou classe social. A noção de que uma estrutura de desigualdade social unitária, definida pela posição profissional, determina a ação social é desafiada pela constatação de que, em diferentes esferas da vida em sociedade, os indivíduos agem com um grau significativo de desacoplamento e liberdade em relação ao seu lugar no mundo do trabalho (Hradil, 2006, p. 4).

A perda de plausibilidade dos modelos unitários de hierarquia social como explicação para o estilo de vida nas diferentes esferas da sociedade atinge seu apogeu na sociologia justamente com a “tese da individualização” de Ulrich Beck (1983). Como vimos, essa tese consiste no diagnóstico de um desacoplamento entre “aspectos objetivos” como renda e a posição na hierarquia profissional e “aspectos subjetivos” como atitudes políticas, uso do tempo livre e os estilos de vida individuais (Beck, 2008, p. 307). Isso significa que a desigualdade estruturada, definida em termos do perfil profissional dos indivíduos, teria perdido sua relevância como orientação do comportamento nas outras esferas da vida social. No quadro da teoria da diferenciação funcional se poderia dizer: a inclusão no sistema funcional da economia não determinaria o modo como a inclusão em outros sistemas funcionais ocorre.

216

Partindo da teoria da diferenciação funcional de Luhmann, gostaria de propor uma interpretação alternativa da tese de Beck. Ao contrário do que afirma Beck, não se trata, quando adotamos a abordagem luhmanniana, de desacoplamento. Para Luhmann se trataria aqui da dissolução de relações de interdependência e dos acoplamentos automáticos entre os sistemas funcionais; isto não significa o fim das relações de interdependência e de acoplamento, mas somente um afrouxamento maior dessas relações. Com isso, o significado concreto que fatores do entorno podem adquirir para os acontecimentos de um subsistema vai depender de como este, por meio de suas próprias operações, interpreta a leva em conta o seu entorno. Exclui-se, então, a possibilidade de um encadeamento necessário e automático entre fatores do entorno e as operações do referido sistema. Ou seja, os acoplamentos não desaparecem, eles se tornam mais “frouxos”, introduzindo contingência na relação entre sistema e entorno. Por exemplo: não se pode postular nenhuma correlação necessária entre a posição

profissional dos indivíduos e seu comportamento eleitoral, mas é plenamente possível que determinadas interdependências apareçam, as quais poderiam ter surgido ou aparecer de outro modo.

Este afrouxamento das interdependências com o entorno leva a um aumento da complexidade interna dos sistemas funcionais, que só pode ser reduzida por mecanismos do próprio sistema. O poder de construção de estruturas dos fatores externos torna-se menos relevante, de modo que toda influência externa precisa assumir a forma de estruturas de expectativas específicas do sistema. Esta só é possível como reconstrução interna desta influência por meio das operações sistêmicas. A influência do perfil profissional no comportamento eleitoral vai, por exemplo, depender de como os partidos, por meio de decisões eminentemente políticas, conquistam os indivíduos de uma determinada profissão, e não da profissão em si. O que Beck vê como um desacoplamento entre desigualdade social estruturada e o estilo de vida deve então ser descrito como um afrouxamento do acoplamento entre as configurações estruturais dos diferentes sistemas funcionais. Ao criticar a tese de Beck, Michael Vester (2006), um dos pesquisadores responsáveis pela redescoberta do conceito de “ambiente social”, usa uma metáfora que parece convergir com o argumento aqui formulado: “Grandes estudos empíricos demonstram que, na França e na Alemanha, os tipos de *habitus* individual ainda dependem da posição profissional, embora de um modo flexível e dinâmico, por assim dizer, como se estivessem ligados por uma liga de borracha” (Vester, 2006, p. 11).

Essa “liga de borracha” entre a posição profissional e as estruturas que orientam o *habitus* e o comportamento em outras esferas sociais significa um acréscimo de contingência nas relações de interdependência entre as desigualdades encontradas nos diferentes sistemas sociais. Dito de outro modo, trata-se de um aumento da insegurança com relação

à expectativa de que a inclusão em um sistema a influencie em outros. O ganho de conhecimento trazido por esta interpretação é que ela permite perceber a relação existente entre a formação de unidades como classes e “ambientes sociais” e a contingência das formas de vida individualizadas. Ou seja, permite superar a dicotomia entre desigualdade estruturada e individualização.

Fenômenos como o surgimento e a reprodução de desigualdades dentro de sistemas sociais específicos – as quais tendem, em geral, a influenciar o surgimento de desigualdades em outros sistemas –, assim como a permanência de correlações entre a posição na divisão do trabalho profissional e a formação de movimentos sociais relevantes (Eder, 1985) e novos agrupamentos de estilo de vida e “ambientes sociais” (Hradil, 2006; Vester, 2006) não contradizem a tese de um afrouxamento da interdependência entre as formas de participação nos diferentes sistemas sociais. Mas tais fenômenos contradizem sim a ideia de uma “contingência selvagem” (indeterminação total) na relação entre essas formas de participação: embora a inclusão numa esfera, por exemplo, na economia, não determine a forma de inclusão em outras, como o comportamento político, ela estrutura um espaço de possibilidades no qual a contingência é sempre reduzida.

O conceito de “ambiente social” é de fato, no sentido sistêmico do termo, *um ambiente formado pelo conjunto de fenômenos sociais que compõem a experiência social dos indivíduos enquanto sistemas psíquicos operativamente distintos dos sistemas sociais*. Este conceito busca apreender como os valores e disposições, os quais se referem a determinadas possibilidades de ação e vivência social, decorrem de experiências sociais compartilhadas pelos indivíduos. Por um lado, isso significa ressaltar que determinado grupo de indivíduos compartilha trajetórias de vida e formas de participação na vida social que o distingue de outros agrupamentos. Por outro lado,

o caráter multidimensional dos “ambientes sociais” permite apreender que as diferentes experiências sociais (comportamento político, consumo, vida privada etc.) são definidas, na sua dimensão objetiva, pela diferenciação funcional e que, por isso, possuem apenas uma relação de “acoplamento frouxo” entre si. Por conta disso, o conceito deixa em aberto a quais possibilidades de inclusão (e em quais esferas sociais) referem-se essas disposições e valores compartilhados – as quais o sociólogo usa para definir os “ambientes sociais”, assim como as fronteiras entre eles. Se os “ambientes sociais” são caracterizados pela inclusão no sistema artístico, religioso, econômico ou no político, em que grau de importância e segundo que preferências, é uma questão a ser respondida pela pesquisa empírica.

Isto significa que o conceito de “ambientes sociais” permite observar a contingência da desigualdade social, e na verdade de dois modos: primeiro, ele permite ver que é possível manter as desigualdades econômicas, em seus efeitos sobre o modo como os indivíduos são incluídos em outros sistemas funcionais, à distância (mesmo que essa possibilidade de distanciamento seja distribuída de modo profundamente desigual e que alguns “ambientes sociais” sejam definidos justamente pela ausência dela), de modo que, por exemplo, não se pode postular nenhuma interdependência necessária entre a posição profissional e comportamento eleitoral; em segundo lugar, o conceito aparece como construto social de um observador que atribui expectativas de comportamento a indivíduos que sempre podem se comportar de outro modo (Hradil, 2006, p. 7).

No entanto, ao contrário do que afirma Kieserling em relação ao conceito de classe social, a construção de agrupamentos sociais sob o critério da distribuição diferencial de chances de ação e participação nos distintos sistemas não é apenas o resultado de práticas de atribuição exclusivas da ciência social. A vida em sociedade é marcada por

formas mais ou menos rotinizadas e problematizadas de observação e abordagem do “outro”, baseadas naquilo que Alfred Schütz chamou de “tipos ideais” de pessoas anônimas, ou seja, tipos que abstraem as “mudanças e os contornos definidos que fazem parte da individualidade” (Schütz, 1979, p. 221). Outros sistemas sociais (funcionais, organizações e interações), também substituem a ênfase na particularidade das “interioridades individuais” pela atribuição supraindividual de expectativas comportamentais como forma de construir um “outro generalizado” (Schneider, 2011, p. 111) que permita suposições sobre as expectativas comportamentais de anônimos e com isso a generalização destas expectativas também na dimensão social.

220

O conceito de “ambiente social” refere-se a esses mecanismos de generalização de expectativas comportamentais da dimensão social como forma de construir “atores” aptos a participar de práticas sociais específicas (“endereços sociais” no jargão da teoria dos sistemas) e funcionalmente diferenciadas. Ele atribui a grupos de indivíduos consenso e/ou dissenso em relação a expectativas comportamentais. É importante lembrar que a generalização desses “consensos e/ou dissensos atribuídos” não alcança o nível de papéis sociais formalmente definidos, mas sim o nível da tipificação informal de portadores destes papéis sociais. A construção social de “ambientes” tipifica os indivíduos de acordo com suas inclusões sociais, sobretudo na condição de indivíduos tidos como aptos a participar das práticas próprias dos sistemas funcionais diferenciados. Categorizar indivíduos segundo “ambientes sociais” é o mesmo que atribuir-lhes determinadas possibilidades de comportamento que possuem, na dimensão objetiva, referências bem específicas a alguns sistemas funcionais, de modo que os indivíduos são distribuídos em “públicos funcionais”. No plano das organizações sociais estas atribuições costumam servir de premissas de decisão, sobretudo para decisões relativas à seleção

de pessoas. No plano das interações entre presentes elas produzem afinidades pessoais e facilitam a manutenção do contato, embora a existência dos “ambientes sociais” como atribuição de possibilidades comportamentais não dependa diretamente desses contatos.

Além dessas referências sistêmicas sociais, uma análise dos “ambientes sociais” como produto de processos de atribuição de expectativas de conduta deveria levar em conta, também, os sistemas psíquicos. Primeiro, porque esses sistemas autopoieticos mantêm uma relação de interpenetração com os sistemas sociais, de modo que a complexidade estruturada destes adquire relevância também para os sistemas psíquicos. Segundo, porque a relevância psíquica das estruturas da sociedade é fundamental para a reprodução das operações dos próprios sistemas sociais.

E isto vale, também, para a construção de “ambientes sociais”. Na medida em que os sistemas psíquicos orientam-se por fronteiras entre distintos “ambientes sociais” como forma de observar e reduzir a complexidade de seu entorno social (aquele restaurante não é para “gente como nós”) eles não apenas tomam estruturas sociais como critério para realizar e encadear suas próprias operações; eles dão, com isso, também, uma contribuição decisiva para a existência e a reprodução dos distintos “ambientes”: sem relevância psíquica, os “ambientes sociais” perderiam também sua relevância comportamental (Beer, 2006, p. 17), pois as expectativas atribuídas pelos sistemas sociais não seriam confirmadas, em medida suficiente, pelos seus “portadores”.

Quando os processos psíquicos e sociais de atribuição de expectativas convergem, os “ambientes sociais” podem assumir um caráter ontológico que tende a tornar invisível que tais “ambientes” são produto do modo como sistemas sociais e psíquicos observam o mundo, por isso, construções contingentes. Num plano de observação de primeira ordem, no qual como momento de construção do sentido

não é vista, os “ambientes sociais” podem assumir a forma de “ontologias práticas”, alcançando “alto grau de vinculação psíquica e social” (Fuchs, 2004, 0.2.2). O resultado é uma relação de interpenetração na qual os “endereço sociais” e as expectativas comportamentais atribuídas de modo ontológico são observados como referências não contingentes tanto por sistemas sociais como por psíquicos. Trata-se de um mecanismo de coprodução entre consciência e comunicação, através da qual a atribuição e a limitação de possibilidades de comportamento “informa” à consciência de que modo ela é relevante socialmente (Fuchs, 2004).

222

No entanto, para uma observação de segunda ordem, isto é, quando se examina a observação alheia e as diferenças que a orientam, os “ambientes sociais” são sempre contingentes. E sua contingência decorre também de que as tipificações sociais dos indivíduos, mesmo quando confirmadas pelo comportamento individual, não são idênticas às operações psíquicas. Essas tipificações não permitem um acesso direto à psiquê. Ao invés disso, os sistemas sociais recorrem à comunicação das expectativas que os indivíduos desenvolvem sobre sua própria relevância social como forma de observar os efeitos da comunicação sobre seu entorno psíquico. A reprodução de “ambientes sociais” depende, sobretudo, de que estas expectativas individuais coincidam com aquelas socialmente atribuídas. Quando isso ocorre, os indivíduos tendem, como mostra Bourdieu melhor do que qualquer outro, a antecipar, no desenvolvimento de suas expectativas e pretensões, as chances comunicativas que os sistemas sociais os atribuem. A “naturalização da desigualdade” só é possível, por exemplo, quando as exclusões sociais (irrelevância dos sistemas psíquicos para os sistemas sociais) são antecipadas sob a forma de autoexclusão: o “não” funciona de modo latente, sendo assim poupado de conflito e justificação.

Mas também é frequente o caso oposto. Os indivíduos, por meio da atividade própria de “seus” sistemas psíquicos, podem tomar distância das expectativas de comportamentos que lhes são atribuídas e assim produzir variações que não se encaixam no mapa de “ambientes sociais”. Mesmo quando os “ambientes sociais no papel”, por meio da condensação de dados sociodemográficos e orientações fundamentais para o comportamento, produzem um “saber instrumental” capaz de prever, em medida estatisticamente satisfatória, as ações e vivências individuais atualizadas em diferentes sistemas, é preciso enfatizar que as variações do previsto não são nem anomalias sociais e tampouco representam um limite necessário ao conhecimento sociológico: Essas variações lembram apenas que “ambientes sociais” são construções contingentes que permanecem como tal mesmo quando essa contingência é contextualmente tornada invisível.

Considerações finais

223

A principal consequência que se deve retirar deste debate entre individualização e desigualdade social estruturada é precisamente a necessidade de novas ferramentas conceituais capazes de ultrapassar o caráter dicotomizado do problema. Em outras palavras: talvez seja o caso de abandonar essa dicotomia e buscar outras diferenças conceituais. A teoria da diferenciação funcional parece ser um interessante ponto de partida para tematizar a relação entre individualização e desigualdade para além de uma concepção dicotômica.

A diferenciação funcional é um fenômeno que transcende toda e qualquer estrutura de desigualdade, permitindo e exigindo sua relativização no estilo de vida e na ação social dos indivíduos. A individualização é resultado deste processo de relativização das estruturas de desigualdade e das “subculturas de classe” para a inclusão e o comportamento das pessoas nos sistemas sociais. O “efeito elevador” analisado por Ulrich Beck é um fator

que aprofunda a individualização porque aprofunda a diferenciação funcional. Mas isso não leva a uma dissolução definitiva de “subculturas de classe” enquanto fator explicativo da ação social, mas sim a busca de variações nas formas e possibilidades de individualização de acordo com a inclusão e a exclusão em distintos sistemas sociais. No entanto, para recuperar seu poder explicativo em relação aos processos de individualização, o paradigma da desigualdade social estruturada precisa partir da premissa de que estruturas de desigualdade não esgotam o conjunto de fatores necessários para entender a ação social. É preciso admitir não apenas que as estruturas de desigualdade podem ser relativizadas pelos sistemas sociais, mas também que a autonomia do indivíduo, enquanto sistema de tipo próprio irreduzível ao mundo social, faz diferença nas práticas sociais, sem que com isso precisemos aderir a qualquer tipo de ideologia meritocrática.

224

Os processos de individualização constituem mecanismos de reprodução e, sobretudo, de invisibilização de desigualdades sociais. Mas os sociólogos interessados no problema da desigualdade social não necessariamente precisam operar em termos de um “coletivismo metodológico” que, como é fácil prever, sempre trará como resultado a negação dos processos de individualização como forma, institucionalizada em diversos contextos sociais, de separar, classificar e hierarquizar as pessoas. A própria distribuição dos recursos necessários para os processos de individualização pode ser tomada como expressão decisiva da desigualdade social moderna. O efeito prático desses recursos consiste em viabilizar um afrouxamento na relação entre origem social e as esferas e dimensões que pautam a conduta de vida. Ora, se este afrouxamento ocorre no bojo da pluralização de temas e esferas da condução da vida e do afastamento das urgências econômicas como dimensão definidora da ação, talvez seja o caso de conceber o efeito

estrutural da origem social com um efeito que é tanto mais vantajoso quanto mais os indivíduos possam herdar possibilidades de variação e acesso em suas chances de vida.

O conceito de “ambiente social”, em sua reutilização a partir dos anos 1980, pode ser interpretado precisamente como uma reação ao aumento da contingência na relação entre as estruturas de desigualdade que orientam a seleção de indivíduos nas operações de cada sistema social e assimetrias encontradas no entorno desses sistemas. Como buscamos demonstrar, o conceito refere-se à atribuição contingente de expectativas de comportamento no contexto de sistemas sociais específicos e à sua generalização para agrupamentos de indivíduos. O conceito “ambiente social” dá conta destes mecanismos de generalização de expectativas comportamentais da dimensão social como forma específica de construir “endereço sociais”, reduzir a complexidade na relação dos sistemas com o entorno humano e estruturar a comunicação. Ele trata da atribuição a grupos de indivíduos de consenso e/ou dissenso em relação a expectativas comportamentais que qualificam o agir dos indivíduos nos distintos sistemas sociais. É importante lembrar que a generalização desses “consensos e/ou dissensos atribuídos” não alcança o nível de papéis sociais formalmente definidos, mas sim o nível da tipificação informal de (possíveis) portadores desses papéis sociais. Ainda que a construção (e sociológica) de “ambientes” tome traços extrassistêmicos (por exemplo: tomar o perfil profissional como indicador do comportamento político) como referência para atribuir expectativas de comportamento e ainda que possa ser, por conta disso, reproduzida como fato social ontologizado, seu caráter contingente deve sempre ser ressaltado pela sociologia, visto que os indivíduos podem sempre produzir variações em relação à generalização de expectativas comportamentais a eles atribuídas. No entanto, apesar dessas possíveis e muitas vezes previsíveis variações, o conceito

de “ambiente social” não nega a existência de acoplamentos entre sistema e entorno capazes de produzir interdependências entre desigualdades de “fora” e de “dentro”; ela apenas descreve o afrouxamento desses acoplamentos; descreve o aumento da contingência, não a sua absolutização.

O que mudou no pós-guerra foi o fato de que os modelos herdados, por meio dos quais os indivíduos orientavam sua participação nos diferentes subsistemas funcionais, passaram a ser confrontados com um grau maior de insegurança, exigindo possivelmente mais decisões por parte dos indivíduos. Mas não se deve falar em uma mudança qualitativa radical, já que insegurança e exigência de decisão individual é um traço da modernidade em geral. Trata-se, portanto, da intensificação de características da vida social moderna, presente já na passagem da sociedade estamental para a ordenada em subsistemas funcionais.

226

Roberto Dutra

Doutor em Sociologia pela Humboldt Universität zu Berlin, mestre em Políticas Sociais e bacharel em Ciências Sociais pela UENF. Foi Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia no IPEA. É Professor da (UENF), bolsista de produtividade do CNPQ (PQ-2) e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ).

Bibliografia

- BECK, Ulrich. 2008. Risikogesellschaft und die Transnationalisierung sozialer Ungleichheit. In: BERGER, Peter; WEIß, Anja. (orgs.). *Transnationalisierung sozialer Ungleichheit*. Wiesbaden: VS Verlag, 2008, p. 19-40.
- BECKER, Rolf.; HADJAR, Andreas. 2010. Das Ende von Stand und Klasse? 25 Jahre theoretische Überlegungen und empirische Betrachtungen aus der Perspektive von Lebensverläufen unterschiedlicher Kohorten. In: BERGER, Peter.; HITZLER, Ronald. (orgs.). *Individualisierungen: Ein Vierteljahrhundert „jenseits von Stand und Klasse?“*. Wiesbaden: VS Verlag, p. 51-72.

- BECK, Ulrich. 1986a. Jenseits von Klasse und Nation: Individualisierung und Transnationalisierung sozialer Ungleichheiten. *Soziale Welt*, v. 59, n. 4, p. 301-325.
- BECK, Ulrich. 1986. *Risikogesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- BECK, Ulrich. 1983. Jenseits von Stand und Klasse?: Soziale Ungleichheiten, gesellschaftliche Individualisierungsprozesse und die Entstehung neuer sozialer Formationen und Identitäten. In: KRECKEL, Reinhard. (org.). *Soziale Ungleichheiten*. Göttingen: Schwartz & Co, p. 35-74.
- BEER, Raphael. 2006. Der Beobachter im Milieu. Anmerkungen zum Verhältnis zwischen Bourdieu und Luhmann. *Österreichische Zeitschrift für Soziologie*, v. 31, n. 1, p. 3-23.
- BERGER, Peter. 2010. Alte und neue Wege der Individualisierung. In: BERGER, Peter; HITZLER, Ronald. (orgs.). *Individualisierungen: Ein Vierteljahrhundert „jenseits von Stand und Klasse?“*. Wiesbaden: VS Verlag, p. 51-72.
- DUTRA, Roberto. 2014. “O problema da desigualdade social na teoria da sociedade de Niklas Luhmann”. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, p. 547-561.
- DUTRA, Roberto. 2013. *Funktionale Differenzierung, soziale Ungleichheit und Exklusion*. Konstanz: UVK Verlag.
- EDER, Klaus. 1985. The New Social Movements: Moral Crusades, Political Pressure Groups, or Social Movements?. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 869-890.
- FRIE, Ewald. 2005. Adel um 1800: Oben bleiben?. *Zeitenblicke*, n. 3. Disponível em: <https://bit.ly/3ypYQE7>. Acesso em: 10 out. 2012.
- FUCHS, Peter. 2004. *Der Sinn der Beobachtung. Begriffliche Untersuchungen*. Weilerwist: Velbrück Verlag.
- HRADIL, Stefan. 2006. Soziale Milieus – eine praxisorientierte Forschungsperspektive. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, v. 44, n. 45, p. 3-9.
- INGLEHART, Ronald. 2001. *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- KIESERLING, André. 2010. “Das Individuum und die Soziologie: zur Geschichte eines soziologischen Reflexionsthemas”. BERGER, Peter.; HITZLER, Ronald. (orgs.). *Individualisierungen. Ein Vierteljahrhundert „jenseits von Stand und Klasse?“*. Wiesbaden: VS Verlag, pp. 311-324.
- KIESERLING, André. 2006. “Schichtung ohne Interaktionsbezug. Eine moderne Sozialstruktur und ihre semantische Korrelate”. TÄNZLER, Dirk et al (orgs.). *Neue Perspektiven der Wissenssoziologie*. Konstanz: UVK, pp. 173-208.

- LUHMANN, Niklas. 2008. Zum Begriff der sozialen Klasse. In: LUHMANN, Niklas. *Ideenevolution. Beiträge zur Wissenssoziologie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, p. 72-131.
- LUHMANN, Niklas. 1997. Erziehung als Formung des Lebenslaufs. In: LENZEN, Dieter; LUHMANN, Niklas. (orgs.). *Bildung und Weiterbildung im Erziehungssystem. Lebenslauf und Humanontogenese als Medium und Form*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, p. 11-29.
- LUHMANN, Niklas. 1995. Gesellschaftliche Differenzierung und das Individuum. In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 6*. Opladen: Westdeutscher Verlag, p. 125-141.
- LUHMANN, Niklas. 1989. Individuum, Individualität, Individualismus. In: LUHMANN, Niklas. *Gesellschaftsstruktur und Semantik 3*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, p. 149-258.
- LUHMANN, Niklas; SCHORR, Karl Eberhard. 1979. Kompensatorische Erziehung unter pädagogischer Kontrolle? *Bildung und Erziehung*, v. 32, n. 1, p. 551-570.
- SCHROER, Markus. 2010. Individualisierung als Zumutung. Von der Notwendigkeit zur Selbstinszenierung in der visuellen Kultur. In: BERGER, Peter; HITZLER, Ronald. (orgs.). *Individualisierungen. Ein Vierteljahrhundert „jenseits von Stand und Klasse?“*. Wiesbaden: VS Verlag, p. 275-290.
- SCHNEIDER, Wolfgang Ludwig. 2011. Akteure oder Personen/psychische Systeme?. In: LÜDTKE, Nathan; MATSUZAKI, Hiroyuki (orgs.). *Akteur – Individuum-Subjekt. Fragen zu „Personalität“ und „Sozialität“*. Wiesbaden: VS Verlag, p. 107-116.
- SCHWINN, Thomas. 2007. *Soziale Ungleichheit*. Bielefeld: Transcript.
- SIMMEL, Georg. 1908. *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Leipzig: Duncker & Humblot Verlag.
- VESTER, Michael. 2006. Soziale Milieus und Gesellschaftspolitik. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, v. 44, n. 45, p. 10-17.
- WEBER, Max. 1989. Zwischenbetrachtung. Theorie der Stufen und Richtungen religiöser Weltablehnung. In: WEBER, Max. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Taoismus*. Tübingen, p. 479-522.



DIFERENCIAÇÃO DA SOCIEDADE, DESIGUALDADE SOCIAL E INDIVIDUALIZAÇÃO: UMA REINTERPRETAÇÃO DA TESE DE ULRICH BECK

ROBERTO DUTRA

Resumo: O artigo busca dar uma contribuição ao rico debate entre a tese da individualização de Ulrich Beck e o paradigma da desigualdade social estruturada. Enquanto os defensores da tese da individualização postulam um desacoplamento entre ação social e origem de classe, os adeptos do paradigma da desigualdade estruturada o negam. A tese principal do artigo é que não se trata de um desacoplamento entre origem de classe e ação social, mas sim de um afrouxamento nas relações de interdependência entre as formas de desigualdade e ação dos diferentes sistemas sociais, de modo que o seu significado para a ação social no interior de outro sistema torna-se contingente.

Palavras-Chave: Individualização; Desigualdade social; Diferenciação funcional; Ambiente social; Sistemas sociais.

DIFFERENTIATION OF SOCIETY, SOCIAL INEQUALITY, AND INDIVIDUALIZATION: RE-INTERPRETATION OF THE THESIS OF ULRICH BECK

Abstract: *The article seeks to contribute to the rich debate between the thesis of the individualization of Ulrich Beck and the paradigm of structured social inequality. Whereas the proponents of the individualization thesis postulate a decoupling between social action and class origins, the adherents of the structured inequality paradigm deny it. The main thesis of the article is that it is not about decoupling class origin and social action, but rather loosening in the interdependence relations between the forms of inequality and action of the different social systems, so that its meaning for social action within another system becomes contingent.*

Keywords: *Individualization; Social inequality; Functional differentiation; Social environment; Social systems.*

Recebido: 14/10/2020

Aprovado: 16/05/2022